

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

ATA 05/2017

Reunião ordinária de 01 e 02 de agosto de 2017

1 Nos dias 1º e 2 de agosto de 2017, na Sala dos Conselhos Denise Bonow, o
2 Conselho Superior do IFSul reuniu-se sob a presidência do reitor Flávio Luis
3 Barbosa Nunes. Presentes os conselheiros e convidados Adriane Maria Delgado
4 Menezes, Everson Sampaio Barros, Rita de Cassia Dias Costa, Maurício dos
5 Santos, Fernando Alves Alderette, Cesar Augusto Ruver, Álvaro Luiz Carvalho
6 Nebel, Fernando Jassin Gutierrez, Emanuel Marques Queiroga, Stéphanie
7 Nunes da Cunha Molina, Ronaldo Matias Tavares Júnior, Elder da Silveira
8 Latosinski, Tales Emilio Costa Amorim, Emerson da Rosa Rodrigues, Renato
9 Louzada Meireles, Paulo Ott Tavares, Vitor de Abreu Rodrigues, Sidnei Roaner
10 Andrade Nogueira, Ana Paula Vaz Albano, Eduardo Ricardo Fleitas Alzamendi,
11 Francilon Lima Simões, Giulia D'Avila Vieira, Max Lindoberto Castro Gonçalves,
12 Letícia Santos da Silva, Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal, Bruna de Oliveira
13 Farias, Aline Campelo Blank Freitas, Ana Elisa de Souza, Fabricio Luis Haas,
14 Giselle Schweickardt, Fernando Barkert, Carlos Jesus Anghinoni Corrêa, Milton
15 Britto de Almeida, Rafael Galli, Daiani Nogueira Luche, Silvia Elena Koth Sedrez,
16 Angelo Marcos de Freitas Diogo, Edimara Luciana Sartori, Silvana Lurdes
17 Maschio, Renan Garcia Nunes, Jeferson Fernando de Souza Wolff, Diego
18 Afonso da Silva Lima, Marcos Roberto Prietto Schwants, Mack Léo Pedroso,
19 Tomaz Fantin de Souza, Marlise Sozio Vitcel, Alison Santos Martins, Gelson Luis
20 Peter Correa, Moisés Beck, Mauro Castro Martin, Daniela Volz Lopes, Gisela
21 Loureiro Duarte, Vinícius Martins, Voldinei Vargas da Costa, Flávia Katrein da
22 Costa, Cláudia Redecker Schwabe, Melissa Heberle, Michele Roos Marchesan,
23 Ana Paula Nogueira e Silva, Carla Simone Guedes Pires, Daniela Volz Lopes,
24 Guilherme Ribeiro Rostas, Laerte Radtke Karnopp, Julio César Costa, Celso
25 Silva Gonçalves, Gabriel Rockembach de Almeida, Eduardo Sander Viera, Nilo
26 André Pozza Rodrigues. O presidente cumprimentou e agradeceu a presença de
27 todos na primeira reunião de sua gestão e encaminhou a **posse dos novos**
28 **conselheiros**. Relatou que neste início de gestão tem circulado por alguns
29 câmpus, priorizando os que ainda não têm cinco anos. Disse que já foi
30 apresentada a equipe de gestão para os servidores da reitoria e que, entre
31 agosto e setembro, será apresentada a todos os câmpus; que também tem
32 priorizado a ida às formaturas para prestigiar esse momento especial de todos
33 os câmpus. Disse que a equipe tem tentado tomar pé de todas as questões,
34 principalmente as rotinas do dia a dia e de processos que ainda estavam
35 esperando algumas definições. Sobre o momento que estamos vivendo, explicou
36 que o MEC, no ano passado, propôs um orçamento para o instituto que
37 representa 100% daquilo que a instituição teria para utilizar este ano e que até
38 dia 4 de julho, dia de sua posse em Brasília havia definido que podíamos usar
39 apenas 60%. Depois foi liberado um pouco mais, passando para 70% o valor de
40 custeio e de 30% para 40% o de investimento. Disse que estão fazendo um jogo
41 interno de políticas junto ao MEC através do CONIF, para pressionar e mostrar
42 a necessidade de conseguir a liberação de percentual de custeio mínimo de

43 100%. De sua parte, dia 8, irá ao CONIF e terá agenda com a secretária da
44 SETEC, para expor as nossas dificuldades. Outro viés que tem trabalhado para
45 a liberação é pelo lado político-partidário; que dia 5 de julho foi criada uma frente
46 parlamentar em defesa dos institutos federais dentro da câmara de deputados
47 federais para mostrar a importância dos institutos para o país e pedir
48 continuidade dos investimentos nos institutos para que se possa continuar
49 implantando todos os câmpus que estão propostos; que esse processo de
50 pressão política também está sendo trabalhado em nível da câmara de
51 deputados. Em nível de Estado, está trabalhando com uma frente parlamentar
52 dentro da Assembleia Legislativa e essa frente já tem feito algumas audiências
53 públicas pelo estado; que o professor Brod está diretamente envolvido nesses
54 espaços políticos para que o IFSul possa estar representado em todas as
55 audiências. A seguir, lembrou o limitador de 3 horas para a reunião e pediu
56 autorização para trabalhar até às 17h, em função da cerimônia da transmissão
57 de cargo que vai ocorrer às 19h30min, dando continuidade à reunião amanhã,
58 com o que houve concordância. O conselheiro Max Gonçalves informou sobre a
59 existência de livros didáticos de todas as disciplinas de formação geral,
60 disponibilizando-os para os colegas. O conselheiro Milton Almeida
61 cumprimentou a nova gestão e todos os colegas que estão tomando posse hoje;
62 manifestou preocupação com o Regulamento de Atividades Docentes, que a
63 SETEC disciplinou através de portaria em maio 2016; que em reunião do
64 CONSUP foi criado GT para analisar a possibilidade de alterar a regulamentação
65 mas não concluiu o trabalho; que entende que este assunto tem que voltar ao
66 CONSUP para alguma forma de encaminhamento O presidente sugeriu agregar
67 a discussão do trabalho do GT com a discussão das pautas 41.3 e 42.2, inclusive
68 com o encaminhamento referente ao GT. O presidente comunicou que
69 representante da comissão eleitoral do SINASEFE ligou pela manhã informando
70 que o sindicato está em fase de reestruturação, que a eleição ocorrerá dia 22
71 de agosto e pediu aos diretores que ajudassem na chegada das urnas e mesas
72 receptoras dos votos. Dando continuidade, o presidente submeteu à apreciação
73 a **portaria ad referendum 1051/17**, homologada; em bloco, submeteu as
74 **portarias ad referendum 1101, 1108, 1124, 1229, 1230, 1231, 1339, 1509,**
75 **1576, 1577, 1631, 1779, 1826, 1970**, que tratam de alterações nos calendários
76 letivos 2016 e 2017 dos câmpus Charqueadas, Camaquã, Lajeado, Avançado
77 Novo Hamburgo, Sapiranga, Jaguarão, Venâncio Aires, Gravataí, Santana do
78 Livramento, Pelotas. Todas foram homologadas. A seguir, colocou em
79 apreciação as portarias **ad referendum 1338**, que altera o anexo do câmpus
80 Bagé na OD; **1364**, que altera a estrutura do câmpus Sapucaia do Sul; **1425**, que
81 altera a POV no PDI; todas foram homologadas. A diretora da DDI, Ana Paula
82 Silva, apresentou o **Regimento Geral** e colocou como previsão para discussão
83 com a comunidade o final do primeiro semestre de 2018; propôs também a
84 discussão dos regimentos internos dos câmpus, dando prioridade aos que ainda
85 não os têm aprovados e posteriormente revisando os demais, o que deverá estar
86 feito até o final do primeiro semestre 2018. O conselheiro Tales Amorim
87 questionou se poderia antecipar a revisão do regimento do câmpus Camaquã.
88 A diretora Ana Paula Silva lembrou que esta é a mesma situação do câmpus
89 Bagé, mas a prioridade é aprovar o regimento de quem não possui. A conselheira
90 Marlise Vitcel questionou o número de devolução de CDs. O presidente explicou
91 que a portaria 246 prevê um número x de FGs e CDs para cada câmpus e reitoria
92 dos institutos como um todo, e alguns institutos têm a mais; o IFSul tem hoje
93 uma CD a mais e temos por receber do MEC algumas FG1; que o MEC diz não
94 ter essas funções por estarem em outros institutos; que pretendem, em algum
95 momento de agosto, recolher todas as excedentes para fazer a nova

96 redistribuição; que esse recolhimento vem sendo prometido desde o ano
97 passado e existe possibilidade de nova prorrogação. A conselheira Flávia Costa
98 vê como temerário o Conselho aprovar uma estrutura que pode estar indo contra
99 portaria que está valendo; a partir do momento que recolher a gente teria que
100 tirar de alguma estrutura que esteja *pro tempore*. O presidente esclareceu que
101 dentro da estrutura da 246, CD4 nós não temos nenhuma para receber e temos
102 uma para devolver e o único câmpus que tem uma CD excedendo a sua estrutura
103 é o CaVG. Sobre pesquisador institucional a diretora Ana Silva explicou que
104 pesquisador e procurador institucional já faziam parte da instituição e a proposta
105 de alteração é a vinculação à Diretoria de Política de Inclusão/PROEN. A
106 conselheira Marlise Vitcel disse que no artigo 32, o inciso 10 foi retirado e
107 perguntou quem vai emitir os diplomas. O pró-reitor Guilherme Rostas explicou
108 que o curso da reitoria é o centro de referência; que a alteração foi solicitada pelo
109 próprio setor e que passou despercebida a questão dos cursos técnicos,
110 sugerindo manter a redação anterior do item. A proposta de manter a redação
111 anterior do inciso 10 do artigo 32 foi colocada em votação e aprovada por
112 maioria, com uma abstenção. A conselheira Marlise Vitcel disse que nas
113 modificações de Diretorias substituindo pró-reitorias, elas têm como encargo
114 substituir o pró-reitor em suas ausências, o que não acontece com a pró-reitoria
115 de Ensino e perguntou se ficará definido ou será feita portaria específica para
116 cada ausência. O presidente colocou em votação a manutenção da substituição
117 da Diretoria como automática na ausência do pró-reitor. Foi aprovada por
118 unanimidade a inclusão de inciso com texto igual ao constante no capítulo da
119 PROEX. Sobre o artigo 48, inciso VI, a conselheira Marlise Vitcel perguntou a
120 que bolsas se refere. O pró-reitor Vinicius Martins respondeu referirem-se à
121 ajuda de custo para quem faz mestrado em rede e propôs alterar o texto
122 vinculando a editais e bolsas institucionais, quando houver. O conselheiro Milton
123 Almeida disse não estar claro a que tipo de processo se destina e sugeriu
124 alteração na redação do inciso: realizar os processos seletivos de bolsas
125 institucionais de mestrado e doutorado por meio de editais. A conselheira
126 Marlise Vitcel propôs incluir ajuda de custo. A proposta de redação dos
127 conselheiros foi votada e aprovada, com 3 abstenções. Em relação ao artigo 94,
128 a conselheira Marlise Vitcel propôs a supressão do inciso V. O pró-reitor Nilo
129 Pozza disse que preservou o que constava no documento anterior, mas
130 concorda com a supressão. Colocada em votação a retirada do inciso, houve 17
131 votos contrários, 16 favoráveis e 14 abstenções, ficando aprovada a manutenção
132 do inciso, considerando a necessidade de votação qualificada para alteração.
133 No artigo 100, a conselheira apontou que o inciso III fala em coordenar processos
134 de avaliação do desempenho dos servidores técnico-administrativos e perguntou
135 quem, a partir de agora, coordenaria o processo docente, se excluído o item
136 anterior; que mais abaixo tem novamente isso em relação ao estágio probatório,
137 então se separar o técnico-administrativo do docente, qual a figura que coordena
138 o processo de avaliação de desempenho e de estágio probatório. O pró-reitor
139 Nilo Pozza disse que a Lei 12.772, que criou a nova carreira docente, estabelece
140 como competência da CPPD. O conselheiro Milton Almeida disse que a questão
141 do estágio probatório não está esclarecida e lembra que a legislação atribui à
142 CPPD a questão das avaliações, da promoção, não a do estágio probatório. O
143 pró-reitor Nilo Pozza explicou que o item abrange docentes e técnicos
144 administrativos. O conselheiro Mack Pedroso questionou se a coordenadoria vai
145 fazer avaliação de desempenho apenas dos servidores técnico-administrativos,
146 com o que o pró-reitor concordou. O conselheiro Mack Pedroso manifestou
147 preocupação referente à aprovação do regimento, à portaria 246 e à estrutura
148 dos câmpus. O presidente explicou que estamos votando o regimento, que a

X J. S. S. CR. J. F. S.

149 estrutura e as funções serão discutidas em outra pauta. O presidente disse que
150 começou um movimento para ajustar as diferenças de funções, esclareceu que
151 em nenhum momento a reitoria pegou uma CD de um câmpus, foi a partir da
152 portaria 246 que fez uma reestruturação dos câmpus. Estamos propondo os
153 acertos definitivamente e quem ainda ficará com falta de CDS: Sapucaia do Sul
154 (1CD3), Pelotas (1CD3 e 1CD4), CaVG vai devolver 1 CD4 quando houver o
155 recolhimento das CDs. Ficam ainda faltando 2CD3, uma para Sapucaia e outra
156 para Pelotas e 1 CD4 para o câmpus Pelotas. Está propondo um tempo a mais
157 para a reitoria poder se reestruturar. Também pode acontecer que na nova
158 proposta que o GT CONIF/SETEC está organizando possa ser feito um
159 ajustamento das quantidades dessas CDs, o que significa que pode ter alguma
160 modificação. Há uma proposta referente aos câmpus avançados, criando um
161 câmpus intermediário entre o câmpus e o avançado que teria 40 docentes, 26
162 TAs, 1 CD2 e 2 CD3. Colocou em votação a proposta do regimento geral, como
163 apresentado, de forma global, lembrando a necessidade do voto qualificado. O
164 regimento foi aprovado com 49 votos favoráveis e 2 abstenções. A seguir, o
165 presidente colocou em votação a **estrutura da reitoria**, observados todos os
166 aspectos discutidos na pauta anterior. Não havendo destaques, foi aprovada
167 com 42 votos favoráveis e 5 abstenções. O assunto seguinte foi a **estrutura dos**
168 **câmpus**. O presidente disse que nela já estão previstas as novas funções,
169 resultado da reestruturação da reitoria. A diretora Ana Paula Silva sugeriu que
170 essas criações e estruturas criadas *pro tempore* passem a vigorar a partir do dia
171 7 de agosto, permitindo o tempo necessário à feitura das alterações de estrutura.
172 O presidente propôs a votação por partes. Primeiro foi votada a estrutura,
173 aprovada por maioria, com 6 abstenções, tendo o conselheiro Milton Almeida
174 justificado o voto no documento próprio, anexado aos documentos da reunião,
175 explicando não ter tido suficiente para discutir o assunto. A seguir, foi posta em
176 votação a data para vigência, 7 de agosto, permitindo tempo para emissão das
177 portarias de dispensa e designação, aprovada com 1 abstenção. Entraram em
178 discussão os regimentos internos dos novos câmpus. A diretora Ana Paula Silva
179 sugeriu a análise individual dos regimentos. A servidora Rita Costa solicitou que
180 o **regimento interno do câmpus Sapiranga** seja retirado da pauta. O diretor
181 Renato Meireles solicitou a troca do endereço do câmpus Gravataí. A diretora
182 Ana Paula Silva disse que o regimento tem um artigo informando quando o
183 documento entra em vigor, deixado em aberto para que o Conselho defina, e
184 sugeriu que poderia ser a mesma data da vigência do regimento geral, 14 de
185 agosto, com o que houve concordância geral. Não havendo mais destaques,
186 foram colocados em votação os **regimentos internos dos câmpus Gravataí e**
187 **Lajeado**, aprovados com 54 votos. A seguir, foram colocados em votação os
188 **Quadros de Funções dos câmpus Gravataí e Lajeado**, aprovados por
189 unanimidade. A seguir, servidora Flávia Costa apresentou o Planejamento Anual
190 2017 e disse que já está iniciando o processo do planejamento 2018; que já
191 foram enviadas para os diretores as solicitações das comissões locais, para que
192 se consiga aprovar 2018 ainda este ano. Não havendo destaques, foi colocado
193 em votação e aprovado por maioria, com 2 abstenções. O assunto seguinte foi
194 a **atualização do PPC Técnico em Edificações – subsequente, do câmpus**
195 **Avançado Jaguarão**. O pró-reitor Guilherme Rostas explicou que as alterações
196 solicitadas passaram pela PROEN que deu parecer favorável. Colocada em
197 votação, a proposta foi aprovada por maioria, com uma abstenção. Foi
198 submetida à apreciação a **atualização do PPC Superior de Tecnologia em**
199 **Agroindústria, do CaVG**, aprovada por unanimidade. A aprovação se deu por
200 unanimidade também nas pautas seguintes, que não receberam destaques:
201 **atualização do PPC TSI – EaD, do câmpus Pelotas; atualização do PPC**

Técnico em Mecatrônica, câmpus Avançado Novo Hamburgo, atualização do PPC Técnico em Eletromecânica- integrado, do câmpus Sapiranga e alterações do Anexo do CaVG na Organização Didática. O assunto tratado na sequência foi a **inclusão de novos cursos no POV**. O pró-reitor Guilherme Rostas explicou que os câmpus enviaram cursos para avaliação e alguns não estavam originalmente no POV, então a pró-reitoria resolveu encaminhar o pedido de inclusão, entendendo que para ser aprovado pelo Conselho o curso deve ter a garantia de atendimento de funcionamento pleno e de todos os requisitos; solicitou que os representantes dos câmpus se manifestassem, dando essa garantia de estrutura física, quadro docente e justificativa para oferta, se foi feita consulta pública ou estudo prévio de demanda, o que é pré-requisito para qualquer curso em oferta na instituição. A conselheira Flávia Costa lembrou de já haver feito consideração em reunião anterior do CONSUP sobre o cuidado com a abertura de cursos porque a decisão que se toma aqui como conselheiro é extremamente importante; que naquela ocasião tinha levantado a questão de que é apresentado o PPC para aprovação e os conselheiros não têm nenhum documento que confirme que o câmpus tem infraestrutura física necessária, biblioteca para atender o curso que está sendo criado, que o quadro docente tem carga horária disponível; salientou não haver no IFSul um planejamento estratégico sobre para onde a gente quer que o instituto vá, quais são as áreas interessantes para o instituto crescer; que não tem uma regulamentação para cursos técnicos, graduação, pós-graduação, esta última uma questão mais delicada ainda porque a gente sabe que os professores podem se fechar num grupo e colocar e ter aprovada uma proposta para a Capes, que não seja necessariamente na linha institucional, pode ter uma demanda muito localizada. O presidente disse que já solicitou que o pró-reitor Guilherme Rostas faça um fluxograma da sequência dos passos a serem seguidos pelos câmpus para a proposição de cursos e, enquanto a gente não tem alteração do fluxograma, segue o processo como está. O fato é que estamos no meio da implantação, no meio da crise, numa luta para conseguir chegar no que a gente precisa e completar a quantidade de cargos previstos: 70 docentes e 45 técnicos nos câmpus e 20 docentes e 13 técnicos nos avançados. O presidente lembrou que só estamos aprovando a possibilidade da oferta desses cursos; que a aprovação do curso se dará posteriormente. A conselheira Giulia Vieira disse que o curso de Tecnologia em Alimentos hoje oferece subsequente, que o levantamento vem sendo feito desde 2015; o colegiado do curso de Agroindústria vem, desde o ano passado, discutindo a possibilidade de ser tornar tecnólogo; que estrutura e quadro docente atendem a demanda; o de Agroindústria atende todas as necessidades do curso, as instalações são preparadas e destinadas para tal, o corpo docente também; na área de Alimentos apenas um professor não tem doutorado; a única questão que ainda estão conversando é o público-alvo, em razão de ter Engenharia de Alimentos na Unipampa; que dia 23 haverá reunião com o reitor da universidade; que atendem as necessidades, mas estão analisando a viabilidade da oferta, se iria solucionar o problema que tem hoje com o subsequente. Colocada em votação a inclusão do curso de **Tecnologia de Alimentos-Superior na POV**, foi aprovada por unanimidade. Foram submetidos à análise os cursos para inclusão da oferta de vagas no POV os cursos do CaVG: **Técnico em Serviços Públicos – EaD, subsequente; Técnico em meio Ambiente – EaD, subsequente e Técnico em Alimentos – presencial, integrado.** O conselheiro Álvaro Nebel explicou que os dois cursos subsequentes EaD são resultado de prospecção feita ano passado com os coordenadores de polo, para atender demanda de cursos que estavam esgotados e o curso Técnico em Alimentos substitui o curso Técnico em

255 Agroindústria, também resultado de discussão de professores e alunos; por ser
256 similar ao anterior não há exigência de estrutura, nem de professores e técnicos.
257 Colocada em votação a inclusão dos 3 cursos no POV, foi aprovada, com 2
258 abstenções. A proposta seguinte de inclusão no POV foi do curso **Técnico de**
259 **Informática para Internet, câmpus Avançado Jaguarão.** O conselheiro Fabian
260 Carbajal explicou foi feita pesquisa pública e levantamento nas escolas e do
261 público alvo. O câmpus tem laboratório de informática e salas de aula; disse que
262 tem o hábito de consultar sucessivamente. A proposta foi aprovada por
263 unanimidade. O conselheiro Gelson Correa justificou que o curso de
264 **Mecatrônica** foi construído com os professores e ficou definido que para chegar
265 aos 400 alunos precisaria ser integrado; quanto à estrutura física tem algumas
266 deficiências, mas permitem formar um técnico; que o subsequente está
267 formando a primeira turma no próximo dia 12; que o câmpus precisa melhorar
268 algumas coisas mas tem estrutura para manter este curso. O presidente colocou
269 em votação a inclusão do curso no POV, sendo aprovada por unanimidade.
270 Entrou em discussão a alteração do **Regulamento da Política de Assistência**
271 **Estudantil.** O pró-reitor Guilherme Rostas disse serem dois encaminhamentos,
272 um relativo ao auxílio material escolar, que o DEGAE achou por bem esclarecer
273 que só vai ser concedido no final do período letivo porque no final do ano
274 passado ocorreu sobra de recursos, em função das paralisações e greve; propôs
275 elevar este benefício até R\$300,00, que é o teto da assistência. A segunda parte
276 seria a exclusão do auxílio emergencial, inciso VII do art. 30 e todo o art. 37 que
277 explica esse auxílio; explicou ser auxílio pontual, especificamente para um aluno
278 e ocorre em situações mais do tipo emergência médica; que o DEGAE entende
279 que esse auxílio colide com as competências do SUS, por isso se torna
280 desnecessário e as sobras desse recurso podem fazer falta em outros setores,
281 assim, o DEGAE, junto com a Câmara de Ensino entendem não ser necessário.
282 O conselheiro Carlos Correa sugeriu manter o auxílio para atendimento a
283 situações que o SUS não cobre. O conselheiro Álvaro Nebel disse ter feito a
284 defesa de algo que já estava esclarecido, discutido no CODIR, o aumento de
285 R\$100,00 para R\$300,00, mas acha que falta um instrumento de gestão para
286 resolver algum caso específico. Se tirar o auxílio, vai haver um engessamento
287 impedindo que se pague alguma despesa do aluno, via rubrica auxílio
288 emergencial. Desse modo manifestou-se contrário à retirada do recurso e
289 também por ser contra mudar regulamentos por conta de um cenário econômico
290 ou político que pode durar 2 ou 3 anos. Após ampla discussão, o presidente
291 colocou em votação o aumento do auxílio material escolar para até R\$300,00 em
292 regime anual. A proposta foi aprovada por maioria, com uma abstenção. A
293 seguir, colocou em votação a eliminação do auxílio emergencial. A eliminação
294 teve 7 votos favoráveis e 5 abstenções, ficando mantido o auxílio, como
295 constante do art. 30 e detalhado no art. 37. O presidente pediu autorização para
296 alterar a ordem da pauta, abordando a submissão do nome do **chefe da**
297 **Auditoria Interna.** Disse que a proposta é indicar o nome do servidor Laerte
298 Karnopp e passou a palavra ao servidor Henrique Maia, que há anos esteve à
299 frente da Auditoria. Este agradeceu a oportunidade que teve nos últimos 6 anos
300 de estar à frente da Auditoria. Disse ainda não estar de posse do relatório da
301 auditoria da CGU recentemente feita, mas pode informar que a gestão teve as
302 contas aprovadas com ressalva; que o objetivo principal do trabalho como gestor
303 é que se consiga, no final, ter as contas aprovadas. Agradeceu a oportunidade
304 dada, explicou que já houve comunicação da substituição à CGU. O presidente
305 agradeceu o Maia pelo trabalho de estruturação de toda a auditoria e pelo
306 trabalho ao longo do período ao qual o Laerte Karnopp dará continuidade, com
307 a contribuição do Maia. Esclareceu que este é um processo previsto pela

308 legislação, a troca de auditor tem que passar pelo Conselho e pela CGU. Os
309 diretores relataram as experiências positivas de auditoria, ressaltando ser Maia
310 um auditor que cobrou todo o trabalho de forma tão delicada que conseguiu
311 mostrar qual o compromisso de um gestor na instituição, cumprindo o seu papel.
312 Agradeceram o apoio, a amizade que ficou. O servidor Laerte Karnopp
313 agradeceu Flávio pela confiança em indicar seu nome para auditor geral, as
314 palavras dos colegas, reconheceu o trabalho feito pelo Maia ao longo desses
315 anos e colocou a unidade de auditoria interna à disposição para que possam
316 continuar sendo parceiros na melhoria constante da instituição. O nome do
317 servidor Laerte Karnopp foi aprovado por unanimidade. O presidente propôs
318 submeter o nome da **chefe de gabinete do reitor**. Esclareceu que o regimento
319 prevê que o reitor pode colocar até 10% do quadro de CDs de pessoas externas
320 à instituição e para a chefia de gabinete está propondo o nome da professora
321 Berenice Mattos da Silva e que, de uma forma até estranha, ela é considerada
322 pessoa externa apesar de ser servidora aposentada da instituição; colocou não
323 ser um desprestígio aos servidores da ativa ; é uma escolha sua, assim como foi
324 a escolha de todos os outros cargos de pró-reitores, diretores e chefes de
325 departamento e pediu ao Conselho a aprovação. Em relação às considerações
326 feitas por alguns conselheiros sobre abrir precedente, o presidente desse que
327 jamais pensou em trazer alguém externo à instituição, que esse sim é o perigo
328 de estar trazendo um agente político. O pró-reitor Nilo Pozza esclareceu que a
329 legislação permite a escolha pessoal e que submeter ao Conselho a aprovação
330 é uma questão exclusivamente regimental. O presidente colocou em votação a
331 proposta, que foi aprovada com 4 votos contrários e 12 abstenções. A reunião
332 encerrou, ficando acertada a sua continuidade dia seguinte, às 8h30min.
333 Informou sobre reunião em 18 de agosto levando proposta de ajudar os institutos
334 na emenda parlamentar de bancada dos deputados federais, fazendo essa
335 movimentação através dos deputados estaduais. Lembrou que toda a
336 movimentação que for feita nos câmpus vai ser importante. A pró-reitora Daniela
337 Volz informou que a SETEC vai homologar o orçamento até o final da semana e
338 que vai encaminhar para que os câmpus façam o detalhamento. O presidente
339 lembrou que não significa que tenha orçamento, precisa do trabalho da
340 administração dos câmpus para fechar o orçamento depois. Entrou em
341 discussão a proposta do **Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI**
342 **2017**. A diretora Carla Guedes explicou que o documento é um instrumento de
343 gestão de tecnologia da informação e foi feito pelo período de um ano, tem
344 vigência somente no ano de 2017, em virtude de o nosso PDTI estar vencido e
345 ter havido um apontamento da auditoria. Submetido à votação, foi aprovado por
346 unanimidade. A seguir, foi abordado o **Regimento do Comitê de Tecnologia**
347 **da Informação - CGTI**. A diretora Carla Guedes disse que o regimento não
348 existia e que ele orienta todas as ações do comitê gestor da instituição. O
349 conselheiro Tales Amorim perguntou se esse documento também poderá ser
350 modificado pela gestão. A diretora Carla Guedes respondeu que há
351 possibilidade, que não vê nenhuma obrigatoriedade de ele se manter; que ele
352 não tem um período de vigência, diferente do PDTI. Colocado em votação, o
353 regimento foi aprovado por maioria, com uma abstenção. Foi apresentada a
354 proposta do **Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Educação:**
355 **Práticas educativas para o aprender**, do câmpus Sapucaia do Sul. O pró-reitor
356 Vinicius Martins ressaltou que é o único curso da região, gratuito para atender a
357 rede pública municipal e estadual com formação para os professores. É noturno
358 e a carga horária está pactuada entre os colegas, não havendo necessidade de
359 mais docentes para a realização do curso. Submetido à votação, foi aprovado
360 por unanimidade. O presidente lembrou que as pautas 38 e 39, respectivamente

361 **Criação de GT para webconferência do CONSUP e Proposta diferenciada**
362 **para reuniões do CONSUP** são um único tópico e tratam de propor a criação
363 de GT para estudar a possibilidade de ter a participação de conselheiros nas
364 reuniões através de webconferência, em função das dificuldades financeiras. A
365 ideia é criar um grupo que faça um estudo e traga para o Conselho essa análise
366 da viabilidade ou não de usar a webconferência para participação daqueles
367 conselheiros que não conseguem vir, essa é a proposta que traz para o
368 Conselho: a criação de um grupo para fazer esse estudo. Não havendo
369 considerações passou à eleição dos membros; propôs que tenha pelo menos 5
370 conselheiros para fazer esta proposta, organizar e trazer um arrazoado quem
371 sabe já no próximo Conselho. A diretora Carla Guedes sugeriu a participação da
372 DTI, talvez ela mesma. O presidente disse que o conselho pode aprovar, apesar
373 de a DTI não fazer parte do Conselho para dar o apoio técnico. Tendo a
374 participação da DTI sugeriu mais quatro conselheiros e pediu inscrições;
375 ofereceram-se os conselheiros Francilon Simões, Ronaldo Tavares Junior,
376 Marlise Vitcel e Flávia Costa, com a representante da DTI Carla Guedes.
377 Colocada em votação a proposta de que esse grupo faça o trabalho e traga a
378 proposta no próximo encontro, foi aprovada por unanimidade. Pediu que os
379 participantes do GT troquem e-mail e WhatsApp para fazerem as reuniões
380 através das tecnologias e definam quem coordenará o trabalho. Entraram em
381 discussão as pautas encaminhadas pelo câmpus Bagé: **Licença para**
382 **capacitação a cada quinquênio**. O conselheiro Max Gonçalves traz a pauta por
383 solicitação dos docentes, com a intenção de socializar a impossibilidade que nos
384 câmpus menores se têm de afastamento porque, por exemplo, tendo um só
385 professor de geografia, esse professor nunca vai conseguir sair para
386 qualificação; a gestão não tem como autorizar esse afastamento, é inviável. O
387 presidente disse que, infelizmente não tem uma solução porque a legislação que
388 permite a contratação de substitutos não aceita a licença capacitação como
389 justificativa para incluir substituto no sistema; quando estava envolvido com a
390 questão dos substitutos, o professor que estava afastado para mestrado,
391 doutorado, quando retornava, normalmente pedia licença capacitação,
392 emendava, e se mantinha o professor substituto naquela posição, mas o MP
393 proibiu essa prática. O pró-reitor Nilo Pozza disse que embora se entenda como
394 direito, previsto na 8.112, ele tem mais um caráter de concessão do que de
395 direito, por ser no interesse da administração. A PROGEF entende e é favorável
396 a que se libere as pessoas, mas a nossa realidade não é favorável e tem
397 momentos que a administração tem que indeferir. O conselheiro Tales Amorim
398 disse que, apesar do que foi falado sobre a legislação, é um servidor e, enquanto
399 servidor, se discorda do que está acontecendo em termos de legislação, cabe
400 se organizar para verificar a mudança também da própria legislação. Também é
401 seu ponto de pauta a legislação, e está descontente com ela, pois prejudica os
402 câmpus menores, não tão bem localizados geograficamente. O presidente disse
403 não saber se existe algum tipo de encaminhamento sobre a proposta de
404 mudança de legislação, que precisa ser um movimento em nível nacional, que
405 não comportaria apenas a nossa vontade, que pode trabalhar junto ao CONIF,
406 não sabe se já não houve alguma movimentação nesse sentido, acredita que o
407 problema não é só nosso e os sindicatos também têm que fazer alguma
408 movimentação para tentar assegurar esse direito previsto, mas realmente não
409 há uma solução. Começou a discussão sobre o **Edital de Afastamento para**
410 **TAE**, também do câmpus Bagé, demanda que vem sendo bastante discutida
411 desde a antiga gestão. Lembrou que já foi constituído grupo de trabalho que
412 nunca se reuniu, então seria bom voltar a pensar nessa demanda. O presidente
413 lembrou que foi proposta de campanha fazer a regulamentação do afastamento

414 dos técnicos administrativos e precisa sim fazer um grupo de trabalho para fazer
415 a construção desse edital, ouvindo todos os servidores envolvidos; isso não quer
416 dizer que será assegurado quantitativo de vagas para os câmpus, apenas
417 regulamentar como vai ser essa saída. Pediu ao Pozza que comece a fazer esse
418 encaminhamento. Começaram a ser tratadas as pautas enviadas pelo câmpus
419 Camaquã, a primeira **Vagas para suprir as remoções por motivo de saúde.**
420 O conselheiro Tales Amorim fez um pequeno relato da pauta, que também
421 esbarra na legislação, e é questão de outros câmpus como Bagé, Santana do
422 Livramento e Jaguarão. Disse que o câmpus já perdeu 4 servidores docentes
423 que pediram remoção e a legislação não permite que a vaga seja suprida. Disse
424 que gostaria que o grupo pudesse discutir fórmulas; comentou que havia um
425 acordo de cavalheiros feito no CODIR há algum tempo para que os câmpus
426 pudessem se ajudar nesse sentido, mas não deve estar escrito em nenhum
427 lugar. O conselheiro Fabian Carbajal disse lembrar que em uma reunião, não
428 lembra se CODIR ou outra, foi falado em acordo para ajuda entre os câmpus,
429 mas como entrou o período de transição, não chegou a ser escrito; também se
430 sentiu contemplado na fala do conselheiro Tales, pois os câmpus menores vão
431 sofrer sistematicamente essa situação, acha que a forma de trabalhar é através
432 da própria reitoria, não com um acordo de cavalheiros, mas algo formalizado
433 entre os câmpus no sentido de um tipo caixa de compensação dessas vagas,
434 que seja mantido determinado número de vagas para que sejam repostas as
435 vagas de câmpus que têm manejo sistemático de servidores; que precisa código
436 de vagas para cobrir essas situações e também encontrar uma forma que não
437 sendo contemplado de imediato, fique para o menor prazo possível a reposição
438 dessas vagas. O conselheiro Álvaro Nebel disse que esse problema atinge
439 também os câmpus grandes, pois se olhar para o tamanho do seu câmpus, o
440 número de TAs está estourado, no entanto não têm assistente em administração,
441 contador, bibliotecário. A possibilidade de remoção muito fácil, a não
442 necessidade do período probatório, de um período de fixação dos sujeitos nos
443 prejudica. Nos institutos mais para cima do Brasil isso não acontece, a gente é
444 pioneiro em fazer essa flexibilização e tem que ser mais rígido. O conselheiro
445 Carlos Correa disse que o câmpus Pelotas vive a mesma situação do câmpus
446 CaVG. O conselheiro Gelson Correa disse que o edital de remoção vai ajudar
447 muito. O presidente reforçou que a remoção por saúde não é um problema de
448 agora e que vem dando problemas, inclusive os médicos já foram chamados pelo
449 MP para prestar esclarecimentos; uma perícia médica não se coloca em
450 discussão, nem o MP fez isso, a gente tem que acatar a decisão e fazer a
451 remoção de acordo com o que estiver indicado e avaliado nessa perícia; no
452 último CONIF, a SETEC estava lá e disse que o MPOG está pressionando
453 porque tem 6.000 vagas de docentes espalhadas pelos institutos que não estão
454 em uso, que tem instituto com 500 vagas paradas porque entenderam ter ganho
455 vagas para a expansão, o câmpus ainda não tem as condições ideais para ter
456 seus cursos e eles estão guardando as vagas para fazer concurso quando
457 estiverem com as instalações completas, aí o MEC vai lá pedir mais 6000 vagas
458 e o MPOG contesta por haver 6000 vagas paradas na ponta do processo. Nós
459 recebemos 80 vagas em fevereiro distribuídas aos câmpus, mais da metade não
460 conseguimos usar ainda, muitas em função do próprio edital de remoção, porque
461 no início ele foi um edital pontual, depois a gestão viu que teria que fazer um
462 banco, caso contrário iríamos ficar fazendo editais um atrás do outro e só depois
463 de terminado a gente teria condições de fazer concurso. O banco veio para suprir
464 essas situações. Para técnico-administrativo acaba complicando, a gente acaba
465 esbarrando na legislação, vai ter que começar a pressionar, se aproximar do
466 sindicato, conversar para que faça pressão, mas tem alguns pontos que a gente

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like "F. Amorim", "F. Carbajal", "A. Nebel", "C. Correa", and "G. Correa".

467 tem que começar a levar em nível de CONIF, é interessante montar uma
468 comissão para discutir esse edital de remoção. O presidente esclareceu que
469 existe um TAC assinado com o MP, que definiu os critérios tanto do edital de
470 remoção quanto do de redistribuição e não temos autonomia para fazer revisão,
471 mas que vai pedir audiência ao MP, para tratar dessas questões pessoalmente,
472 ver qual é o nível de possibilidades de interferir nessa construção; que o primeiro
473 edital de remoção saiu para a rua com uma série de critérios e logo após uma
474 errata tirando todos os critérios a pedido do MP pois eles não estariam dentro
475 do direito do servidor. Então vamos pedir uma audiência, conversar com o Max
476 Palombo para ver as possibilidades e depois voltar a trabalhar os critérios dos
477 nossos editais. Conselheiros disseram que as alterações no edital impediram
478 alguns servidores de concorrer. Foi sugerido que as pessoas pudessem fazer a
479 inscrição não só para um câmpus, porque isso limita, às vezes o servidor tem 3
480 – 4 opções, ele consegue fazer a movimentação de uma forma bem mais ampla.
481 O presidente disse que vai trabalhar com o Colégio de Dirigentes para ver se
482 tem como fazer uma pequena reserva de vagas para suprir essas questões,
483 acompanhar as aposentadorias das áreas específicas que receberam licença
484 saúde. Sobre o assunto do edital de remoção fica o compromisso de voltar ao
485 MP para ter mais clareza de como está o processo e trazer para o conselho.
486 Dando continuidade, foi aberta a discussão sobre a CPPD. O conselheiro Diego
487 Lima explicou que surgiram algumas solicitações pelas dificuldades ao tentar
488 resolver questões relativas à CPPD; entre eles, a possibilidade de disponibilizar
489 um servidor na reitoria para que possam ter contato e para responder as
490 questões da CPPD local; que hoje não tem ninguém que seja específico, ou que
491 o horário está muito restrito; pediram a autonomia da CPPD local porque o
492 processo todo é feito pelos colegas do câmpus e não têm autonomia para dar
493 sequência ao processo, encaminhando para a CPPD central que só faz o
494 processo de revisão e o processo acaba demorando muito; também solicitaram
495 que as normas da progressão funcional sejam revisadas e adaptadas ao que se
496 trabalha com a RAD porque atribuições, algumas certificações, algumas coisas
497 que são da carreira estão previstas dentro da RAD. O presidente lembrou que
498 durante a campanha propôs que uma pessoa ficasse ajudando, que já conseguiu
499 o servidor, dentro de uma semana a pessoa já deverá estar trabalhando
500 diariamente. Sobre dificuldades referentes às montagens das bancas de RSC
501 lembrou que o trabalho da CPPD é voluntário, mas é importante porque só ela
502 pode fazer essas questões de avaliação e progressão. Quanto às questões de
503 avaliação, é preciso ver a legislação, o que é possível ser alterado ou não e é
504 um trabalho que a própria CPPD tem que fazer; os eleitos das CPPDs dos
505 câmpus tem que se reunir, conversar e fazer as propostas dentro do que a
506 legislação permitir e que estiver dentro do escopo da autonomia da instituição
507 fazer, pode ser feito. A servidora Lisiane, presidente da CPPD, disse ser
508 preocupação da comissão a morosidade dos processos; que atualmente são 4
509 docentes compondo a CPPD central, destes uma docente está afastada em
510 licença capacitação e ainda não houve reunião para repor essa docente; cada
511 um dedica 4 horas semanais à CPPD central, que são emitidos pareceres das
512 progressões, das acelerações, das retribuições por titulação, dos processos de
513 titulação de professor titular, dos processos de RSC dos ativos e dos
514 aposentados. Há atualmente 42 processos só dos docentes aposentados e 60
515 processos de RSC andando. As progressões são tranquilas, os pareceres são
516 feitos semanalmente e encaminhados para a pró-reitoria/setor de pagamentos.
517 O problema maior é na composição da montagem das bancas; que a reitoria
518 passou por um processo de auditoria e os auditores pediram um levantamento
519 de dados 2015 – 2016 de todas as RTs e RSCs concedidas; como não tinha

ninguém para fazer esse levantamento, a própria CPPD teve que buscar em todos os processos as datas dos pareceres que foram emitidos pelos membros das bancas e as datas das concessões; surgiram alguns problemas, existiam pareceres com uma data e concessão das RSCs com datas diferentes dos pareceres e foi preciso organizar toda uma logística para fazer portarias de retificação; tem bancas de avaliação de RSC abertas de março até agora porque docentes da própria instituição se comprometem e não realizam a avaliação, tem que ligar toda semana cobrando, e assim com os docentes membros externos também. Com relação à descentralização dos processos, a CPPD tem um regimento interno aprovado em 2013 estabelecendo que a CPPD central emite os pareceres finais; para mudar a gente teria que mudar o regimento interno, fazer algumas reuniões, passar pelo CONSUP; a gente pode dar uma estudada em alguns casos, por exemplo, progressões, a gente poderia mudar. RSC acha complicado passar a responsabilidade para cada câmpus por ser um processo com muitas etapas, mas os câmpus poderiam ficar responsáveis por verificar alguns lotes e contatar os membros avaliadores. Sobre a reestruturação das normas, começou a ser feita na outra gestão, com um estudo para tentar organizar uma normativa diferente porque a atual não atende nem à RAD, está completamente fora da realidade da atividade docente; a CPPD não consegue fazer o que seria sua atribuição, que seria discutir a atividade docente, ficando preso nesse trabalho burocrático. O presidente pediu licença para que o pró-reitor Guilherme Rostas falasse. Este disse que quanto à questão do câmpus ter autonomia para fazer a progressão sozinho é difícil porque a informação de datas de aniversário é meio dinâmica, dentro do processo o docente pode receber uma RT e acelerar e então o novo interstício nasce a partir dali, dois anos a contar daquela data e se essa informação não está no câmpus gera problemas. Como a CPPD está ali al lado da PROGEP e consegue um relatório para fazer a verificação final, tomaria esse cuidado. Considera que os processos estão bem, como a Lisiane falou, chegam, as comissões fazem a conferência e encaminham, às vezes chegam lá no pagamento e eles detectam outra coisa que não tivemos informação. Sobre a atualização das normativas, há uma grande oportunidade com a RAD não só de atualizar os critérios de progressão, mas também pensar que a CPPD poderia começar esse processo de análise e discussão sobre como atrelar a RAD ao processo de progressão; em vez de estar pedindo para o professor, ele vai ter todo um trabalho de registro de atividade no câmpus tanto no seu planejamento como no relatório e esse documento já seria suficiente para a própria CPPD quando enviado pela direção do câmpus. A CPPD não tem caráter deliberativo, ela pode dizer as demandas e prioridades; o reitor e sua equipe vão identificar essas prioridades e definir as vagas. A CPPD é autônoma tanto que ela é vinculada ao Conselho Superior e não diretamente ao reitor, justamente para ter a autonomia de fazer esses trabalhos independente da gestão. A servidora Lisiane complementou dizendo que em outubro, quando assumiram, havia 74 processos de RSC parados, como era período de greve conseguiram agilizar todos aqueles processos que forma pagos nas folhas de dezembro e janeiro; em um mês e meio conseguiram fechar 74 processos; colocou-se à disposição nas quintas-feiras de manhã na CPPD, podem ligar ou mandar e-mail para a CPPD central. O conselheiro Diego Schwants disse que docentes de Charqueadas se colocaram à disposição e queriam fazer parte da CPPD central, que gostariam de trabalhar pelo menos na parte de progressão diretamente com a parte de gestão de pessoas. O presidente propôs que a CPPD junto com a PROGEP verifique a legislação de criação da CPPD, mas que esse grande rediscutir das avaliações dos docentes aconteça depois da definição da portaria 17, que vai ser editada novamente, a

573 promessa é em setembro, e isso vai alterar provavelmente a questão da RAD;
574 pediu um tempo dizendo que depois dessa nova portaria se comprometeria a
575 chamar a CPPD e dar o apoio para que essa discussão perpassasse os câmpus
576 para que todos os docentes possam ser ouvidos. A conselheira Edimara Sartori
577 disse que ia discordar um pouquinho sobre a CPPD local não fazer a progressão
578 e sobre as informações estarem desatualizadas, é um problema que a gente
579 precisa urgentemente corrigir, é inadmissível que a gente não tenha essa
580 integração com o sistema; que a instituição é única e tem que uniformizar os
581 dados até por questão de segurança; exemplificou a discrepância dizendo ter 2
582 cadastros, 2 senhas e 2 logos e isso precisa ser revisto. O conselheiro Milton
583 Almeida lembrou de ter falado na véspera que esse conselho designou um GT
584 em junho mas acredita que neste momento isto se deva vincular ao trabalho que
585 vem sendo realizado pela SETEC, mas sugere que o conselho reveja a questão
586 da resolução, se vai extinguir ou manter o GT, qual a decisão com relação à
587 resolução 61 de 2016. O presidente propôs encerrar primeiro o assunto da RAD
588 e encaminhou no sentido de aguardar o encaminhamento da portaria 17 da
589 SETEC e então chamar à discussão da CPPD e da RAD. Encaminhou também
590 solicitação ao pró-reitor Nilo Pozza para que possa ver junto com a CPPD a
591 questão de os câmpus poderem fazer os pareceres dentro do que está escrito
592 na lei que criou a CPPD. Como são assuntos interligados o presidente propôs
593 que a ordem da pauta seja alterada para discutir a RAD. O conselheiro Tales
594 Amorim concordou e disse ainda que o tema também era seu e a argumentação
595 dos colegas mais forte que a sua. O conselheiro Diego Lima disse que sobre a
596 RAD o pessoal está questionando porque dentro no câmpus estão em fase de
597 expansão, tem 7 cursos e mais um mestrado e os professores em geral tem
598 bastante coisa para fazer e, às vezes, se não atender tranca o curso, tem que
599 fazer uma orientação de TCC e começa a agregar coisas; o pessoal de
600 Charqueadas trabalha bastante com projeto de pesquisa e extensão e as RADs
601 estão com limites estourados; o pessoal questionou como vai ser tratado isso,
602 quais as ações que devem ser tomadas pela gestão interna e reitoria, questionou
603 como está o regulamento, questionou GT que o Milton mencionou, quando vai
604 ser cobrado o RAD, já que tem câmpus atrasado na implantação; que
605 precisamos trabalhar com transparência, as pessoas querem ter acesso a essa
606 informação para fazer estudo de todas as situações, é o comparativo mais fácil
607 de fazer com os institutos e o CONIF. O conselheiro Tomaz Souza disse que o
608 RAD foi muito bem visto e já foi implantado no câmpus Jaguarão, onde há os 2
609 extremos, gente com 56/60 horas e gente que não chega ao mínimo; que
610 câmpus novos com cursos integrados tem professores de áreas gerais com
611 carga horária muito baixa, com 6/8 horas aula e professores das áreas técnicas
612 com carga horária estourada; que tentam estudar e controlar, isso tem que
613 aparecer e ser discutido no instituto como um todo para ver o que está
614 acontecendo nos outros institutos, repensar as cargas horárias mais baixas; que
615 tem 19 professores e que se for fazer divisão da carga horária aluno/professor é
616 muito discrepante, que isso é uma característica da implantação, mas precisa
617 haver um processo de discussão do RAD em si. O conselheiro Tomaz Souza
618 trouxe questionamento do câmpus, que já implantou o RAD e alguns professores
619 ao preenche-lo se depararam com duas questões, uma delas é que na parte de
620 capacitação existe um limite de 4 horas, só que limitado a *stricto sensu*, a
621 especialização não conta, então o professor está fazendo uma especialização
622 em uma disciplina que ele leciona e ela não conta como hora capacitação no
623 RAD; que os professores que trabalham com portadores de necessidades
624 especiais estão questionando um bônus nas horas, porque tem que preparar um
625 plano de ensino diferente, uma dedicação de horas a mais para preparação

dessa aula, então pedem a inclusão de tempo para capacitação e para quem trabalha com portadores de necessidades especiais, já que têm especificidades para atender esses alunos. O conselheiro Francilon Simões disse que o problema maior em relação ao RAD não é o problema de quem estoura, mas de quem não tem como comprovar a carga horária. Citou o caso do professor de artes do câmpus Santana do Livramento, que tem 4 horas aula, a carga horária já e reduzida, são 2 aulas e 2 turmas, é praticamente impossível para esse docente fechar a RAD; vai ter auditoria do MP, vão solicitar o RAD para ver como cumpre as 40 horas docentes, no momento que ele pegar aquele documento e, por exemplo ele não completa 20 pontos e assina, ele está se comprometendo; então ao mesmo tempo que o RAD pode ser um escudo para mostrar como cumprimos as 40 horas pode ser um problema para o professor que não atinge a pontuação mínima; então a gente realmente tem que revisar alguns pontos, os projetos de ensino ainda não tem uma aba em que possam ser inseridos e eles já estão ocorrendo no nosso instituto. A conselheira Marlise Vitcel disse que todos esses pontos devem ser discutidos após todos os câmpus terem concluído a implantação do RAD, sugerindo como encaminhamento fazer, depois da primeira rodada de implantação da RAD, uma revisão entre os câmpus sobre problemas que têm, não sabe se junto com o grupo do CONSUP, chefias de ensino, pessoal que aplica mesmo a RAD nos câmpus. Outra questão que quer registrou é que o RAD não prevê hora de supervisão e as pedagogas que são supervisoras têm uma carga horária de aula baixa porque a função delas é ser supervisora, então elas, apesar de ter um trabalho intenso no câmpus não preenchem o RAD porque não consta a tarefa de supervisão. A conselheira Claudia Schwabe salientou que tem que são 40 horas, nem mais nem menos, se trabalhou 60 precisa rever, porque daqui a pouco esse docente vai entrar na justiça, ou, ao contrário, se trabalhou menos, de certa forma o RAD nos favorece no sentido de poder ser um respaldo do nosso trabalho; que em Lajeado, nós ainda não somos conhecidos e precisamos nos inserir na comunidade. IFSul é um tripé: ensino, pesquisa e extensão. Esse professor pode trabalhar em pesquisa e extensão. A comunidade precisa nos conhecer, e o professor pode trabalhar no que precisa dentro desse tripé. Esse esforço tem que ser feito e esse professor também tem que correr atrás para preencher sua carga horária. Precisamos sim chegar nas 40 horas, documentalmente, nós precisamos disso como instituição, como câmpus, para gerenciar e principalmente nos respaldar. O conselheiro Jeferson Wolff explanou que o câmpus Charqueadas possui um grupo significativo de docentes que extrapola e é o que mais o deixa preocupado, e não sabe como proceder, se abrir mão da pesquisa, da extensão, de dar atendimento para o aluno, como já foi sugerido; tirando o horário de atendimento, nós vamos abrir mão do ensino, é isso que tem que ficar claro; que o RAD tem que ser implantado, divulgado de forma transparente, mas tratado como uma ferramenta que venha a contribuir conosco. O presidente lembrou que o RAD foi aprovado em 2014 e era para ser aplicado imediatamente e tem câmpus que está aplicando e tem câmpus que não está aplicando. Ratificou que somos uma instituição única e se foi definido que tinha uma regulamentação da atividade docente tem que ser para todo mundo; que no último CODIR solicitou aos diretores, enviou memorando na semana que passou, questionando quais câmpus estão implantando. A partir daí vamos fazer a cobrança dos câmpus que não estão implantando porque se há período para implantar e após um período para reavaliação, esses 2 anos já venceram, é o momento de rediscutir, mas como fazer se tem câmpus que nem implantou, como rediscutir o que não passou no dia a dia. Propôs aguardar a portaria 17, esperar até setembro, chamar toda a comunidade novamente para fazer essas alterações e aplicar o

X S M D S

Q Fe

679 que tem que aplicar de acordo com a portaria nova. O presidente explicou que a
680 portaria 17 vai definir o número de horas- relógio mínima em sala de aula, o que
681 tiver na portaria a gente vai ter que respeitar. A gente sabe que tem professores
682 que extrapolam as 40, 50 chegam a 60, mas certamente são professores que o
683 fazem porque querem, porque gostam daquilo, porque acreditam naquilo que
684 estão fazendo; isso tem que ser louvado. O conselheiro Tales Amorim
685 questionou se haverá prazo definido para implantação naqueles câmpus que
686 ainda não o fizeram. O presidente disse não ter pensado em prazo, mas vai
687 oficial todos os câmpus que não implantaram. Voltando à questão do conselheiro
688 Milton propôs a suspensão da resolução 61/2016 para não deixar o grupo em
689 aberto. A suspensão foi aprovada com 2 abstenções. O conselheiro Tales
690 Amorim falou sobre a **Estruturação de grupos de trabalho ou de debate dos**
691 **servidores técnico-administrativos e dos docentes**. Disse que o câmpus tem
692 setores bem estruturados, que tem encontros, como assistência estudantil, que
693 tem um evento em breve e outros setores como estação de compras e outros
694 que gostariam de ter grupos organizados; que a preocupação do câmpus
695 Camaquã é que sejam criados grupos de todos os setores, por exemplo estação
696 de compras, patrimônio, gestão de contratos, que essas pessoas tenham
697 espaços para debater suas práticas, seus problemas, essa é a sugestão que
698 quer trazer, a criação de grupos de trabalho para todos os setores que existem
699 no câmpus. O presidente informou já ter pedido à diretora da DTI constituir
700 servidor dentro do nosso datacenter só para trabalhar com uma versão nova do
701 Moodle, que permite acesso inclusive por smartphone e, a partir daí, começar a
702 criar esses grupos de trabalho por áreas temáticas, não só na área técnico-
703 administrativa mas também na área da docência, grupos de trabalho de história,
704 de geografia. Isso vai ser feito de forma gradual, não pode incluir todas as áreas
705 de imediato. O conselheiro Tales Amorim disse que vai ser questionado quanto
706 a isso; existe a câmara de assistência estudantil, existe o encontro de
707 bibliotecários, por que não existe evento do almoxarifado, patrimônio, compras,
708 licitações. O presidente também falou sobre a criação da semana do servidor
709 dentro do instituto. Talvez neste momento de contenção em que vivemos não vai
710 ser possível; nesse momento o que a gente pode assegurar são os grupos
711 digitais, o ideal seria poder reunir as áreas pelo menos uma vez por ano, para
712 discutir e fazer sugestões de aperfeiçoamento. Pediu permissão para que a pró-
713 reitora Daniela Volz se pronunciasse. Concedida a permissão, esta informou que
714 a PROAP criou a câmara de administração. O conselheiro Tales Amorim disse
715 ser esse um passo gigantesco, criar uma câmara em que pode definir por
716 demandas o que vai discutir, implementar. O conselheiro Ronaldo Tavares
717 abordou a **participação de graduandos em projetos**, pois quando o aluno se
718 forma perde o contato com a instituição e não pode participar de qualquer projeto
719 de que faria parte, ele teria que perder a relação, só que não vê isso com
720 favorecimento, nem para o câmpus, porque seria uma participação voluntária. O
721 pró-reitor Vinícius Antunes pediu a palavra e tendo sido concedida explicou que
722 o problema é que, quando o aluno se forma, perde o vínculo com a instituição,
723 então ele pode ficar no projeto como voluntário, mas não pode viajar em ônibus
724 oficial, não podemos pagar passagens para ele participar de projetos; quando
725 ele é graduando, ele pode participar do projeto desde que esse termine antes de
726 ele se formar, A conselheira Marlise Vitcel disse que em Sapucaia tem vários
727 casos de alunos que participam nos quartos anos de projetos premiados em
728 feiras e mostras e a gente não tem condições de bancar essas pessoas no outro
729 ano porque elas perdem o vínculo, questionou se não seria viável pensar a
730 forma de um contato diferente com os ex-alunos, porque eles estão
731 representando o instituto; que trazer os ex-alunos mais para perto, é uma forma

de acompanhar os egressos, faz parte da política institucional. Quanto a transportá-los em ônibus, o conselheiro Tales Amorim disse que poderia ter uma formalização da instituição permitindo. Falou sobre o evento que vai se realizar no câmpus Camaquã na próxima sexta-feira, o famoso Astromúsica, que começa às seis e meia da tarde e termina às sete e meia da manhã e que 15 servidores ficam na madrugada; é um evento autogerenciado pelos próprios alunos e somente estudantes matriculados no câmpus Camaquã podem permanecer após a meia-noite, com autorização dos pais; o ex-estudante do IFSul pode ficar após a meia-noite porque na sua visão ele ainda está conosco. O conselheiro Francilon Simões disse que então o estudante só pode participar como bolsista se o projeto tiver duração menor que o tempo do curso; que a participação como voluntário tem que ser ampliada pois, às vezes, o aluno se obriga a antecipar a formatura e precisa continuar a pesquisa como voluntário, até para publicação, está em vias de escrever um artigo. O conselheiro Fabrício Haas disse que o câmpus Venâncio dá preferência para quem não está no ano de conclusão em função da continuidade dos projetos no ano seguinte. Sobre os graduandos, o que nota é que muito rapidamente eles se colocam em projetos nas novas instituições de que estão fazendo parte. O presidente lembrou que a participação nos projetos é pedagógica, o aluno aprende, termina o curso e encerra sua participação e se credencia a outros voos. O conselheiro Diego Lima disse que o câmpus Charqueadas tem uma especificidade no curso técnico de processos de fabricação mecânica, o pessoal faz um projeto de final de curso que na verdade não está cadastrado como projeto, fica cadastrado dentro de duas disciplinas; como tem uma parte de construção, o pessoal muitas vezes quer participar de eventos, tem a Mocitec, alguns grupos desse curso participando, e é no último semestre do curso, mas alguns grupos começam o trabalho no semestre anterior, no penúltimo semestre do curso, para que possam concluir até o final do curso; que projeto é tratado como algo que deve ter uma data de entrega, então são estipuladas metas que possam ser cumpridas; defendeu que seja estipulado vínculo de até um ano após a formatura, pois tem alunos do quarto ano que estão fazendo trabalhos excelentes, começam a ganhar premiações e não podem levar esse projeto para fora, que seria visibilidade para a instituição; o projeto para ali ou o professor tem que retomar com outros alunos que não terminam o projeto, quando não se perde. O pró-reitor Vinícius Martins explicou que a PROESP tem usado o regulamento para pagamento de bolsas do CNPq e CAPES, então não pode pagar bolsa se o aluno não tiver vínculo, para projeto voluntário a modalidade já existe e acha extremamente louvável; o que pode ver é se é possível o pagamento para aluno posterior à formatura para participar de evento ligado a projeto de pesquisa ou extensão que já aconteceu. Autorizada a falar, a pró-reitora Gisela Duarte disse que na última câmara de ensino, essas questões foram levantadas e vários aspectos do edital precisariam ser revistos; sugeriu que os câmpus tragam sugestões para o CONSUP para que sejam discutidas por todos, mas também pode ser enviado pelos representantes das câmaras de pesquisa e extensão para que se possa discutir no CODIR. O presidente pediu aos pró-reitores Vinicius e Gisela que levem para as câmaras de pesquisa e extensão todas essas possibilidades, que são através de editais. A pauta seguinte foi o **edital de afastamento**. O conselheiro Diego Lima perguntou sobre a questão do projeto que é homologado pelo reitor, um projeto de pesquisa aconteceu e houve uma mudança justamente quanto a esse projeto, alguns questionaram que esse projeto não existia até alguns editais atrás ou que não precisava passar pelo reitor, que isso não está claro no edital, quais os critérios para o reitor aprovar ou desaprovar; também pediram para incluir no cronograma prazo específico

785 para essa submissão, para que o pessoal saiba o tempo que tem para submeter.
786 Outra coisa são os comprovantes de participação em projetos de pesquisa e
787 extensão, que precisam ser homologados na reitoria e têm coordenadores de
788 pesquisa e extensão nos câmpus que têm acesso aos dados e solicitou que o
789 próprio coordenador da pesquisa ou da extensão pudesse dar o parecer
790 atestando que determinado servidor participou de um projeto, fazer a declaração
791 assinada e carimbada pela coordenação da pesquisa e extensão; que isso era
792 aceito e agora não é mais, precisa passar pela reitoria. O presidente disse que
793 o edital de afastamento está posto e uma das propostas que se tem é fazer a
794 revisão através das pessoas envolvidas em cada um dos editais específicos
795 enquanto isso a gente vai ter que seguir o que está colocado lá; quanto à
796 liberação final, a assinatura do reitor para afastamento ou não, isso tem que ser
797 o gestor maior a fazer. O conselheiro Diego Lima disse que isso seria um projeto
798 anterior ao processo de seleção que estão questionando, de repente se o próprio
799 diretor do câmpus não pode homologar o projeto e aí sim o afastamento ser
800 homologado pelo reitor. O presidente disse que dentro da política de tentar
801 desburocratizar a instituição, entram os projetos de ensino, pesquisa e extensão,
802 não especificamente esse da pós-graduação, mas hoje tem uma assinatura do
803 pró-reitor específico; muitas vezes um projeto é executado dentro do câmpus
804 não tem financiamento e entende que não precisa do de acordo ou do
805 deferido/indeferido do projeto por parte do pró-reitor; evidentemente há a
806 necessidade de que a reitoria tenha o registro dos projetos que estão sendo
807 executados, mas não que interfira na aprovação ou não. Tem que criar um
808 mecanismo que acelere a aprovação dentro do câmpus, mas do registro não
809 abre mão. Quanto à questão da assinatura do reitor para o projeto, tem que ver
810 se há alguma questão legal para dizer se é possível ou não. O conselheiro Diego
811 Lima disse ser necessário selecionar os critérios que estão sendo levados em
812 consideração. O presidente solicitou ao pró-reitor Nilo Pozza que verifique essa
813 questão e responda ao conselheiro Diego Lima e ao grupo de professores do
814 câmpus, pelo e-mail. Entrou em discussão o **modelo usado para perícias**
815 **médicas no IFSul**. O conselheiro Marcos Prietto relatou que uma colega teve
816 que se ausentar do serviço um dia para fazer uma consulta e posteriormente
817 teve que fazer uma perícia médica que, do câmpus Charqueadas acontece em
818 Sapucaia do Sul, onde tem médico; que é preciso deslocar esse servidor outro
819 dia, na ausência de motorista um servidor tem que levar, o que acaba onerando
820 o câmpus, quer rever isso; qual o procedimento que poderia ser adotado para
821 evitar deslocamentos e o gasto com combustível; que algumas coisas talvez a
822 pessoa não precisasse se deslocar, ou que então um médico se deslocasse
823 pelos câmpus pois está na atividade dele. A conselheira Gisele Schweickardt
824 disse que em Venâncio Aires o servidor vai por conta própria; a diretora de
825 Lajeado também questionou e que ficou surpresa. O conselheiro Marcos Prietto
826 disse que a orientação recebida na época foi essa, que o câmpus teria que
827 deslocar a pessoa. A conselheira Marlise Vitcel disse ter conversado com o
828 médico no câmpus, que esclareceu que perícias são uma legislação nacional
829 que o instituto segue, que algumas coisas não têm como deixar de fazer, outras
830 o NASS precisa definir e outra coisa é a política dos câmpus. O presidente
831 concordou que essa situação de deslocamentos longos para uma perícia que
832 não demora 15 minutos é problemática para todos os câmpus; que o Conselho
833 disse que pode ser feito por videoconferência mas tem que ter um médico do
834 outro lado da videoconferência, o que não resolve. Disse que dia 23 vai fazer
835 uma reunião com os médicos para ver o que é possível fazer para amenizar um
836 pouco as questões que envolvem não só as perícias, mas o atestado dessas
837 licenças menores. Outra tentativa é fazer convênio com alguma instituição

838 pública federal da cidade que tenha médico e que possa nos ajudar fazendo ao
839 menos as questões que sejam imediatas. Nesse trabalho, primeiro tem que se
840 ver a possibilidade da viabilidade de fazer esses convênios e, a partir de aí
841 comunicar os diretores para irem nas instituições tentar estabelecê-los. A
842 conselheira Cláudia Schwabe perguntou se o câmpus é responsável por levar o
843 servidor, porque tem que padronizar. O pró-reitor Nilo Pozza disse que o servidor
844 não pode ser penalizado pois ninguém adoece porque quer. A questão da perícia
845 realmente é necessária porque o atestado médico vem sem o CID; estão
846 tentando criar uma estratégia para que sejam usados envelopes sigilosos para
847 o envio dos atestados para que, quando vem um atestado por afastamento
848 simples, não por uma doença grave, tendo o CID da doença, o servidor não vai
849 ser chamado para perícia, os atestados vão ter a informação para que os
850 médicos tenham a segurança de ratificar aquela necessidade de afastamento.
851 Sobre pagar diárias nos deslocamentos para perícia, a pró-reitoria Daniela Volz
852 disse que existe uma nota técnica que regula o pagamento de diárias e não dá
853 conta desta situação. O presidente pediu ao pró-reitor Nilo Pozza que verifique
854 se há disposição anterior e leve ao CODIR para definir a padronização; que antes
855 faça o levantamento para ver como foi feita a orientação. O conselheiro Moisés
856 Beck questionou os **valores pagos a estagiários**. O presidente explicou que
857 existe regulamentação do MPOG referente a valores pagos aos bolsistas e que
858 de 2012 para cá nunca foi feita nenhuma atualização; que para atualizar tem que
859 haver um trabalho em nível nacional junto ao MPOG. O presidente lembrou que
860 o estágio é também uma oportunidade de o aluno entrar em contato com sua
861 área de formação. Entrou em pauta o debate sobre a indicação do **coordenador**
862 **institucional do PIBID**. O conselheiro Nelson Reyes explicou que o PIBID é
863 lançado por edital da CAPES. Esta lança o edital, a gente se inscreve e formula
864 um projeto. O projeto aprovado pela CAPES tem a figura do coordenador
865 institucional, normalmente alguém da comissão do projeto, essa pessoa acaba
866 sendo nomeada pela instituição de ensino superior, no caso por portaria do reitor,
867 e questionou a substituição do mesmo por ter trocado a gestão, apenas
868 informada por um comunicado, sem consulta anterior. O conselheiro Carlos
869 Correa considerou que a responsabilidade pela escolha do gestor do projeto é
870 prerrogativa do reitor, mas o que incomodou nesse processo foi a forma como
871 foi encaminhada, a pessoa não saiu do projeto, ela se desligou pela forma
872 desrespeitosa como foi tratada nessas reuniões que aconteceram. O presidente
873 disse que escolheu uma pessoa para estar à frente da coordenação do
874 projeto do PIBID e essa pessoa então desistiu por uma questão pessoal;
875 discordou sobre não ter havido diálogo. O conselheiro Nelson Marques disse que
876 o diálogo só aconteceu depois de o fato consumado; que não foram ouvidos na
877 substituição; no PIBID o reitor nomeia, não indica. A conselheira Daiani Luche
878 falou sobre assalto a estudante ocorrido próximo ao câmpus Pelotas e que lhe
879 ocorreu uso da ajuda emergencial discutida anteriormente, pois ele está no PS,
880 vai fazer uma cirurgia e precisa ajuda de custo porque a família é de outra cidade.
881 O presidente pediu que seja feito contato como estudante e lhe repassem
882 informações. Concluindo, disse que a pauta, extensa, foi constituída de
883 situações ou problemas, mas que a instituição é muito mais do que isso, muito
884 exemplo bom e propôs que em cada CONSUP se tenha pelo menos o relato de
885 um projeto, de alguma coisa que esteja sendo feita, valorizando nossos câmpus;
886 que em cinco minutos seja apresentado um projeto, alguma proposta que esteja
887 em execução, dando certo, para que possamos compartilhar as coisas boas.
888 Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Stela Marina Nunes

889 de Castro, digitei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos
890 presentes.

Roberto
MPT Almeida

Infante

Amorim

Wladimir

Zenrabelina

Offordos

Francisco Lima Simões

Handwritten signature

Handwritten signature

Leon da Rosa Rodrigues

Handwritten signature

Giselle Schuckhardt
Liliane R. S. Duarte

Handwritten signature

Neto

Jah

Luciano Martins

Flávia L. Costa

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

88